

FAPAN 2

FORMULÁRIO DE ANÁLISE PARA PROPOSIÇÃO DE ATO NORMATIVO

Processo nº:		Unidade Responsável (Sigla):	SPI
Assunto do normativo:	Proposta: Disciplinamento de providências administrativas cautelares Normativos atuais: Res 25/2008 e IN 08/2008 (Dispõem sobre o processo administrativo para a apuração de infrações e aplicação de penalidades, no âmbito da competência da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC)		
Tipo de ato normativo:	<input type="checkbox"/> Novo	<input checked="" type="checkbox"/> Revisão	<input type="checkbox"/> Adequação Legal, em função do art. 47, I, da Lei da ANAC
Origem da demanda:	<input checked="" type="checkbox"/> Interna (Diretoria, Superintendências etc.)	<input type="checkbox"/> Externa (Órgãos de Controle ou recomendações diversas)	

1) Descreva o problema (atual ou futuro) que se pretende solucionar

Os agentes de fiscalização da ANAC têm dificuldade em atuar frente à constatação de atos ilícitos durante atividade de fiscalização. As normas atuais apenas preveem aplicação de penalidades (que devem seguir trâmite processual pesado, com garantia de ampla defesa e contraditório), apesar de algumas das medidas listadas nos normativos possuírem caráter cautelar. Os mecanismos atualmente disponíveis não impedem a recorrência da conduta ilícita. Com isso, os esforços de fiscalização são inócuos: conduta ilícita não reprimida, regulado com sensação de impunidade, incentivo ao não cumprimento das normas, recursos públicos desperdiçados.

2) Quais foram as alternativas consideradas para a resolução do problema? Explique brevemente cada (mínimo 2 opções, máximo 5). Indique e justifique a alternativa escolhida.

- a) Criar mecanismos que permitam repressão ao ilícito;
- b) Cessar ações de fiscalização com foco no ilícito.

Optar por não combater o ilícito (opção “b”) corresponde a reconhecer a incapacidade da ANAC em reprimir o transporte aéreo pirata, a manutenção irregular de aeronaves, as operações irregulares e os usuários do sistema sem licenças ou habilitações, por exemplo, e somente poderia ser adotada caso não houvesse recursos suficientes e estrutura para tal. Contudo, a Agência vem se estruturando, desde 2012, para realizar a ação fiscal (conjunto de atividades de fiscalização relativas aos casos de regulados que não possuam a devida certificação, homologação, habilitação ou similar e aos casos de demandas oriundas das áreas responsáveis pela Vigilância Continuada, levando-se em consideração o uso progressivo da ação repressora do Estado). Havendo, por conseguinte, estrutura organizacional (criação da GGAF e 22 NURAC, em 2012, e criação da SFI, em 2016), pessoas alocadas e orçamento dedicado à atividade, faz-se necessário possibilitar sua adequada atuação.

Portanto, a opção “a” é a escolhida, o que implica: identificar nas Leis (CBA, LPA) providências administrativas que possibilitem atuação imediata do agente de fiscalização da ANAC; identificar nos

normativos infralegais medidas de caráter acautelatório; e propor sua padronização, disciplinamento e complemento, se necessário.

3) Como o ato proposto resolverá o problema descrito no item 1?

O disciplinamento de medidas cautelares permitirá a atuação dos agentes de fiscalização da ANAC quando da identificação de ilícitos durante realização de ação fiscal. A adoção de medidas de efeito imediato possui maior potencial de efetividade nestes casos, desestimulando o regulado a reincidir e a se manter à margem dos regulamentos.

4) Como será feita a implantação da norma e como essa implantação será acompanhada?

	Ações	Prazo	Acompanhamento
SFI	Definição de procedimentos internos para adoção das medidas cautelares	Dez/17	SFI
SGP	Revisão das capacitações em fiscalização	Dez/2017	SPI
SPI	Comunicação do novo modelo aos servidores da Agência	Dez/2017	SPI

5) Quais são os dispositivos legais que autorizam a ANAC a regulamentar o assunto?

- Lei 11.182/2005
- Decreto nº 5.731/2006
- Lei 7.565/1986

6) O regulamento proposto afetará outras áreas da Agência? Quais? Essas áreas foram contatadas? Como se posicionaram sobre o assunto?

Sim.

A proposta foi discutida no âmbito do Projeto Prioritário *Enforcement*, cujos membros da equipe de projeto são os titulares da SIA, SAR, SPO e SFI (antiga GGAF), além de outros representantes destas áreas. Em adição, o assunto foi levado ao Grupo de Desenvolvimento Técnico - GDT (composto por SIA, SAR, SPO, SAS, SRA, SRI, SPI, SFI e ASIPAER) e apresentado à SAS e à SRA individualmente para contribuições.

As áreas diretamente afetadas pela edição do normativo são SIA, SAR, SPO, SAS, SRA e SFI, todas responsáveis por realizar fiscalização. O maior impacto é verificado na SFI, por ser esta a responsável por realizar as ações fiscais.

Cabe mencionar que toda a concepção da proposta foi discutida com a Diretoria previamente ao encaminhamento à Procuradoria.

7) Existem outros órgãos/entidades afetados com a edição da norma? Não							
()	ANVISA	()	COMAER	()	Polícia Federal	()	Receita Federal
()	Outros:						
Esses órgãos/entidades foram contatados? Como se posicionaram sobre o assunto?							
Não aplicável, pois o disciplinamento de medidas administrativas decorrentes de atividades de fiscalização sob competência da ANAC é de competência exclusiva desta.							

8) O problema ou assunto já foi regulamentado em outros países?			
(X)	SIM	Quais?	FAA: 14 CFR 13 aborda a questão das providências administrativas no FAA. O 14 CFR 13.17 prevê a apreensão de aeronaves para algumas infrações e o 14 CFR 13.25 prevê a adoção de medidas cautelares em caso de aos regulamentos do FAA. CASA: define no CAR 1988 define no regulamento 288 a detenção de aeronaves (interdição) e no 301 a retenção de documentos.
()	NÃO		

9) Existem normas vigentes no país, correlatas ao assunto?			
(x)	SIM	Quais?	ANATEL: Resoluções 612 e 596; ANP: Decreto 2953; ANTAQ: Resolução 3259; e ANTT: Resolução 442.
()	NÃO		

10) Descreva qualitativamente e, se possível, quantitativamente os custos do ato.	
<ul style="list-style-type: none"> - Custos administrativos pela elaboração do normativo. - Custo de adaptação do processo de adoção e revogação de medidas cautelares. - Resistência interna à mudança. 	

11) Descreva qualitativamente e, se possível, quantitativamente os benefícios do ato.	
<ul style="list-style-type: none"> - Viabilização da atuação do agente de fiscalização frente ao ilícito. - Maior efetividade da fiscalização/repressão do ilícito. - Padronização da adoção de medidas cautelares na ANAC. 	

12) Descreva os possíveis efeitos do ato proposto, conforme tabela abaixo.

	Efeitos positivos	Efeitos negativos
Empresas de transporte aéreo regular	Maior clareza em relação a medidas de efeito imediato às quais estarão sujeitos. Garantia da segurança.	Possibilidade de interrupção imediata do serviço
Empresas de transporte aéreo não regular	Maior clareza em relação a medidas de efeito imediato às quais estarão	Possibilidade de interrupção imediata da atividade

	sujeitos e maior eficiência no combate ao transporte pirata de passageiro.	
Empresas de serviços aéreos especializados	Maior clareza em relação a medidas de efeito imediato às quais estarão sujeitos e eficiência na fiscalização dos serviços aéreos não autorizados.	Possibilidade de interrupção imediata da atividade
Prestadores de serviços auxiliares ao transporte aéreo	N/A	N/A
Operadores de Aeródromos	Maior clareza em relação a medidas de efeito imediato às quais estarão sujeitos.	Possibilidade de interrupção imediata da operação ou redução de frequências.
Fabricantes de Aeronaves	Maior clareza em relação a medidas de efeito imediato às quais estarão sujeitos.	Possibilidade de interrupção imediata da fabricação ou restrição de atividades.
Fabricantes de peças e componentes aeronáuticos	Maior clareza em relação a medidas de efeito imediato às quais estarão sujeitos.	Possibilidade de interrupção imediata da fabricação.
Proprietários de aeronaves	Maior clareza em relação a medidas de efeito imediato às quais estarão sujeitos.	Possibilidade de proibição imediata de voar.
Empresas de manutenção aeronáutica	Maior clareza em relação a medidas de efeito imediato às quais estarão sujeitos.	Possibilidade de interrupção imediata das atividades de manutenção ou restrição de atividades.
Mecânicos	Maior clareza em relação a medidas de efeito imediato às quais estarão sujeitos e maior eficiência no combate a atividades irregulares da atividade de mecânico.	Impedimento imediato da execução da atividade para a qual está licenciado.
Escolas e Centros de Treinamento	Maior clareza em relação a medidas de efeito imediato às quais estarão sujeitos e maior eficiência no combate a atividades irregulares.	Possibilidade de interrupção imediata da atividade.
Tripulantes	Maior clareza nas medidas que poderão estar sujeitos, além de promover a cessação imediata das condutas que podem por suas atividades em risco.	Impedimento imediato da execução da atividade para a qual está licenciado.
Passageiros	Maior efetividade das ações de fiscalização da Agência.	Não se verifica efeito direto.
Comunidades	Evita imediatamente a continuidade de atividade que põe em risco a vida e a propriedade.	Não se verifica efeito direto.
Meio ambiente	Não se verifica efeito direto.	Não se verifica efeito direto.
Outros (identificar)		

13) Discorra sobre como se dará o processo de monitoramento do ato normativo.

Monitoramento será realizado pela SFI.
--